

# As dúvidas dos credores estrangeiros Janda Ext

Manifesta-se entre os credores do Brasil certa preocupação acerca do futuro do País, pois não compreendem a euforia que tomou conta da Nação. Parece difícil entender por que, no momento em que o País consegue ter taxa de crescimento à altura daquela do Japão, uma taxa negativa de inflação e acumular superávit na balança comercial num valor superado apenas pelo Japão e pela República Federal da Alemanha, alguém possa nutrir dúvidas quanto a nosso futuro. O aparente paradoxo merece ser analisado.

É preciso entender que nem todos os credores partilham do otimismo oficial e aplaudem a heterodoxia das medidas adotadas. As dúvidas que suscitam são as que levantamos nestas colunas. Os banqueiros europeus sabem, por experiência muito mais rica do que a nossa, que o congelamento de preços não é remédio para curar um país dos males da inflação, e que, ao contrário, pode contribuir, após um período de ilusões, para uma inflação maior. Têm algumas razões para demonstrar sua preocupação diante da "política antiinflacionária" do Brasil, na medida em que o próprio governo brasileiro

anunciara, em documento enviado ao comitê de assessoramento dos bancos credores, que o congelamento seria de curtíssima duração — enquanto agora é apresentado como a essência do Plano Tropical.

Embora durante anos os representantes dos sucessivos governos tivessem explicado aos bancos estrangeiros que o Brasil, graças à correção monetária, tinha descoberto o meio de conviver com a inflação, os credores mostravam-se preocupados com o sistema de indexação; por isso, só teriam motivos para regozijar-se com a extinção da correção monetária. Mas agora sabem que, se esse passo era necessário para acabar com a inflação, ele não é suficiente. Ora, nada permite aos banqueiros estrangeiros pensar que eliminarmos as causas da inflação: o déficit do setor público e suas consequências sobre a expansão monetária.

Na medida em que o déficit público continua existindo, financiado pela expansão monetária, os credores estrangeiros temem que o congelamento possa colocar em risco o que representa o maior êxito do Brasil: o superávit da balança comercial. Quando verificamos as reações do

presidente José Sarney diante de propostas de descongelamento, pode imaginar-se qual será a sua reação no dia em que se lhe propuser reajustar a taxa cambial. É isso que preocupa os credores estrangeiros, que pelo menos haviam sido convencidos de que a indexação da taxa cambial permitia aumentar as exportações brasileiras.

Se quisermos entender a posição dos credores estrangeiros, é preciso referir-nos a um recente discurso pronunciado pelo presidente do *Federal Reserve Board* (banco central dos Estados Unidos), Paul Volcker, aos participantes da conferência anual da *Society for International Development*, a qual tinha por tema "desenvolvimento e ajustamento". O presidente do FED lembrou que, se é verdade que cabe admitir que o problema da dívida externa deve ser resolvido no quadro do crescimento econômico, não é menos verdadeiro que "o crescimento sustentado exige ao mesmo tempo disciplina financeira e modificações estruturais". Paul Volcker sugeriu a seus ouvintes que julgassem a capacidade dos devedores de examinar se realmente esses países tinham a vontade de promo-

ver economias mais abertas, enfrentando a competitividade; se estavam preparados para favorecer a entrada de capital estrangeiro para investimentos; se pretendiam seguir uma política de preços realistas para as empresas estatais; se estavam dispostos a vender ou fechar as empresas ineficientes; e se desejavam ou não reduzir as barreiras ao comércio internacional e favorecer um sistema financeiro mais eficiente.

Tais critérios são os que os credores estrangeiros estão examinando para avaliar a performance brasileira. Não são tão "tropicalistas" quanto nós, a ponto de acreditar que um simples decreto-lei (mesmo depois da sua reformulação) possa acabar com a inflação sem exigir sacrifícios.

Em lugar de denunciar a caducidade das receitas do FMI, que se refletem sobre os bancos, o governo deveria meditar sobre o fato de que, apesar de todos os êxitos, apenas um terço dos bancos credores até agora aderiu ao acordo assinado pelo Brasil com o comitê de assessoramento, e que no Clube de Paris são enormes as dificuldades para chegar a um acordo...